

Processos de nomeação de escravizados e forros em documentos coloniais

Naming processes for slaves
and freedmen in colonial documents

Procesos de denominación de esclavizados
y libertos en documentos coloniales

Norma Suely da Silva Pereira

Universidade Federal da Bahia (UFBA/Brasil)
rafaelamuniz@outlook.com
<https://orcid.org/0000-0003-4249-2042>

Rafaela Muniz de Andrade

Universidade Federal da Bahia (UFBA/Brasil)
normasuelypereira@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-1858-808X>

RESUMO

No período colonial, quando cerca de 12,5 milhões de indivíduos foram sequestrados em África e trazidos como mercadoria para a América portuguesa, além da privação de liberdade, da perda dos laços de família e dos horrores da viagem, os escravizados sofreram o apagamento de suas identificações, a começar pela substituição de seus nomes africanos por nomes cristãos, em língua portuguesa, quando o batismo lhes foi imposto. Neste artigo, por meio da análise crítico-filológica, aliada ao estudo dos antropônimos aplicados a documentos coloniais contidos nos Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia, examinam-se alguns dos processos de nomeação da população de

* Sobre os autores ver página 207-208



cativos e libertos. Dentre os resultados alcançados, a pesquisa mostrou que através de diversos epítetos o propósito principal de agregar nomes aos escravizados é determinar sua natureza e aptidão para o trabalho, sendo possível, assim, compreender aspectos importantes da sociedade no período.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão; Antroponomástica. Filologia; Práticas culturais; Livros do Tombo.

ABSTRACT

In the colonial period, when about 12.5 million individuals were kidnapped in Africa and brought as merchandise to Portuguese America, in addition to the deprivation of liberty, the loss of family ties and the horrors of the trip, the enslaved suffered the erasure of their identifications, starting with the replacement of their African names with Christian names, in Portuguese, when baptism was imposed on them. In this article, through critical-philological analysis, combined with the study of anthroponyms applied to colonial documents contained in the Livros do Tombo of the Monastery of São Bento da Bahia, some of the processes of naming the population of captives and freedmen are examined. Among the results achieved, the research showed that through various epithets the main purpose of adding names to the enslaved is to determine their nature and aptitude for work, thus making it possible to understand important aspects of society in the period.

KEYWORDS: Slavery; Anthroponomastics; Philology; Cultural Practices; Tomb Books.

RESUMEN

En el período colonial, cuando unos 12,5 millones de individuos fueron secuestrados en África y llevados como mercancía a la América portuguesa, además de la privación de libertad, la pérdida de los lazos familiares y los horrores del viaje, los esclavizados sufrieron el borrado de sus identificaciones, comenzando con la sustitución de sus nombres africanos por nombres cristianos, en portugués, cuando se les impuso el bautismo. En este artículo, a través del análisis crítico-filológico, combinado con el estudio de los antropónimos aplicados a los documentos coloniales contenidos en los Livros do Tombo del Monasterio de São Bento da Bahia, se examinan algunos de los procesos de denominación de la población de cautivos y libertos. Entre los resultados alcanzados, la investigación evidenció que a través de diversos epítetos el objetivo principal de agregar nombres a los esclavizados es determinar su naturaleza y aptitud para el trabajo, posibilitando así la comprensión de aspectos importantes de la sociedad de la época.

PALABRAS-CLAVE: Esclavitud; Antroponomástica; Filología; Prácticas culturales; Libros de registro.

1 Considerações iniciais

O nome de uma pessoa tem a função de particularizá-la como indivíduo, estando a motivação para a atribuição de nomes próprios vinculada a critérios diversos, os quais refletem lógicas e processos histórico-culturais e políticos que variam de acordo com a época, as percepções, os valores e as práticas de cada sociedade (DICK, 1992; AMARAL; SEIDE, 2020).

Conforme destacam Amaral e Seide (2020), o interesse pela interpretação dos nomes de pessoas é muito antigo, podendo ser assinalado desde há milhares de anos entre os filósofos gregos, bem como no texto bíblico. O estudo sistematizado, contudo, é mais recente e, no Brasil, o impulso para os estudos científicos dos nomes de pessoas data da segunda metade do século XX. A Onomástica, área do conhecimento que estuda os nomes próprios, investiga os nomes de pessoas por meio de um dos seus ramos denominado Antroponomástica, que estuda mais exatamente a origem e os processos de produção de nomes de pessoas, aí compreendidos os prenomes, sobrenomes e ainda os nomes não oficiais como os apelidos (AMARAL; SEIDE, 2020).

Neste artigo, por meio da análise crítico-filológica, aliada ao estudo dos antropônimos aplicados a um *corpus* composto de documentos coloniais pertencentes aos Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia, examinam-se alguns dos processos utilizados pelo colonizador europeu para a nomeação da população de negros e mestiços, cativos e forros na Bahia colonial, demonstrando-se como se deu, na América portuguesa, a substituição dos nomes africanos de indivíduos submetidos ao processo de escravização na diáspora negra.

No período colonial, quando cerca de 12,5 milhões de africanos foram sequestrados, transformados em mercadorias e submetidos ao domínio e poder de uma minoria branca, muitas foram as nefastas consequências imediatamente sofridas pelos negros. Além da privação de liberdade, da separação dos povos de mesma etnia, ocasionando a perda dos laços de família e dos horrores da viagem, os escravizados sofreram o apagamento de suas nomeações individuais prévias, as quais foram substituídas, inicialmente, pela atribuição de uma numeração, que era anotada nas listas de embarque, nos navios negreiros. Em seguida, houve a substituição de seus nomes africanos por prenomes cristãos, em língua portuguesa, quando da imposição do batismo, o que poderia ser feito já no porto de embarque, ou em terras

portuguesas, como assinalam Pereira e Gonçalves (2019), subvertendo completamente a lógica que culturalmente presidia o processo de nomeação em suas culturas de origem. De acordo com Mabuza (2014 apud AMARAL; SEIDE, 2020), que estudou os nomes de estudantes de uma universidade sul-africana, o processo de atribuição de nome a uma criança africana obedece a uma lógica própria, sendo comum, em alguns contextos, por exemplo, que seja observado o comportamento do recém-nascido, para que o nome que vá receber esteja em conformidade com o que se espera da sua personalidade.

No contexto da diáspora, escravizados e libertos precisaram adaptar-se às condições, normas e condutas estabelecidas pelo colonizador branco. Uma vez inseridos no sistema colonial, escravizados e libertos reconfiguraram os laços de família e exerceram determinados trabalhos, de acordo com as necessidades do colonizador e com os atributos e aptidões que já traziam consigo ou que eram estimulados a aprender e a praticar. Nesse sentido, o aprendizado de ofícios mais especializados representou uma possibilidade de ascensão, que podia representar a autonomia dos libertos e a obtenção da manumissão para os escravizados que, trabalhando ao ganho, mediante o sistema de coartação, tinham a possibilidade de ficar com um percentual relativo aos ganhos auferidos com seu trabalho, podendo, assim, comprar a própria alforria e a de seus familiares (REIS, 2019; SILVA JÚNIOR, 2012).

Nos documentos coloniais, especialmente em testamentos e inventários, pode-se observar a presença de traços identitários, bem como dos movimentos de reconfiguração e adaptação aos novos perfis surgidos em consequência da diáspora, por meio da análise dos epítetos, ou seja, qualificadores que eram comumente acrescentados aos prenomes dos escravizados, para facilitar a identificação dos cativos no ambiente coletivo, e que faziam menção a questões étnico-culturais, os etnônimos, que indicavam a origem, cultura, religião, etnia, entre outros, além de aludir à faixa etária, aos traços físicos, ofícios praticados e laços de família.

Nesse contexto, estabeleceu-se o exame dos processos e práticas adotadas pelos colonizadores para nomeação da população de cativos e forros na América portuguesa, os quais refletem diversos aspectos socioculturais do período. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi estabelecida inicialmente uma análise crítico-filológica do *corpus* selecionado, ao qual foi também aplicada uma análise à luz dos estudos de antroponomástica, com o objetivo de selecionar e estudar os epítetos que foram comumente acrescentados aos prenomes dos negros e mestiços no período. O *corpus* delimitado é composto

por 8 documentos manuscritos de teor notarial, datados entre 1602 e 1764, escolhidos por conter uma maior incidência dos etnônimos que se pretende analisar. As fontes selecionadas pertencem aos Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia, códice já editado e disponível *on-line* (LOSE; PAIXÃO, 2016), cuja documentação registra importantes informações acerca da sócio-história da Bahia e do Brasil.

Para a análise desses epítetos presentes nas fontes coloniais, partiu-se dos estudos de Filologia, ciência de amplas, complexas e polissêmicas aplicações, que possibilita a realização, conforme assinalam Vasconcelos e Santiago-Almeida (2012), do estudo científico de textos, instituindo a sua validação por meio da interpretação crítica e preparo de edições confiáveis, a partir de textos de toda a natureza. Desse modo, com o objetivo de compreender os sentidos que comportam as formas de nomeação encontradas nos registros documentais, empreendeu-se estudo de natureza multidisciplinar, que pode ampliar a compreensão tanto de fatos relativos à língua e ao seu contexto sócio-histórico, em suas fases pretéritas, quanto esclarecer aspectos da vida social presente, ainda por vezes pouco compreendidos em toda a sua origem, magnitude e extensão.

Na análise da documentação manuscrita de testemunhos únicos, como é o caso das fontes selecionadas, os estudos filológicos podem compreender pelo menos três funções, conforme sistematizou Spina (1994): parte-se da leitura, com decifração dos tipos caligráficos, das abreviaturas e de outros elementos materiais da escrita, preparando-a para a edição, primeira das funções do labor filológico, denominada substantiva, e que pode ser seguida da função adjetiva, em que se busca estabelecer, conforme a necessidade, elementos importantes para a sua melhor compreensão, os quais podem estar ausentes do texto, como a datação, a localização e a autoria, por exemplo. Por meio da terceira função, denominada transcendente, pode o filólogo evidenciar outros elementos que capazes de caracterizar a sociedade em que o texto foi escrito; é ao que se dá destaque especial aqui, com o objetivo de investigar os rastros da violência praticada contra o povo negro, que os registros textuais evocam. Para tanto, estabelece-se o diálogo com a pesquisa linguística, na perspectiva da Onomástica (DICK, 1992), mostrando que a formação dos epítetos identificados possuía diferentes motivações. Dentre as conclusões a que se chega, é possível observar, através dos diversos epítetos encontrados, que o propósito principal do uso desse modo de identificação é o de particularizar o escravizado no contexto coletivo, ficando explícita,

muitas vezes, a sua desumanização e a confirmação de sua existência como mercadoria, para determinar sua natureza e aptidão para o trabalho. No contexto da sociedade escravista, racista e excludente, mesmo após a alforria, negros e mestiços permanecem sujeitos ao mesmo processo de denominação. Compreendem-se, desse modo, aspectos importantes da sociedade escravocrata, por meio dos quais se podem tecer relações diretas entre as condições de vida na colônia e as práticas sociais excludentes e perversas com que ainda têm de lidar negros e mestiços em nossa sociedade.

Contudo, cabe ressaltar que, a despeito de todas as estratégias utilizadas pelo colonizador para submeter as pessoas escravizadas, como separar as famílias e os escravizados que tinham uma origem comum, de modo a desestimular as relações sociais, dificultando as rebeliões, os negros resistiram e consolidaram novos laços de família, construindo novos perfis sociais na diáspora.

2 Origem/etnia, trabalho escravo e processos de nomeação

O principal papel dos antropônimos é a identificação, singularizada, da existência de alguém com relação a outros indivíduos que lhes são semelhantes. No que diz respeito aos indivíduos sequestrados em África e escravizados na América portuguesa, a sua identificação no ambiente coletivo atendia a um complexo processo de coisificação e comercialização que se iniciava pelo seu aprisionamento em território africano, tendo continuidade com o tráfico para as Américas, o que envolvia o apagamento dos nomes africanos, o registro documental em números para identificar a entrada de cativos na colônia, bem como o processo de batismo cristão, iniciado ainda em solo africano, com a imposição do sinal de uma cruz, estampada com ferro quente, no corpo do escravizado. A seguir, novo batismo, realizado por um padre, em geral já na América, com a imposição de um nome cristão, em língua portuguesa, o qual indicava a conversão para o cristianismo, atendendo a uma das bases da validação da escravidão nas monarquias ibéricas (PALMA; TRUZZI, 2018; PEREIRA; GONÇALVES, 2019).

Com o prenome recebido quando da imposição do batismo, ainda era difícil a particularização de um escravizado no ambiente coletivo do cativo, visto que era comum haver mais de um indivíduo com o mesmo prenome. Nesse sentido, conforme assinalam Palma e Truzzi (2018), o estabelecimento de um único prenome, um nome genérico, já denotava uma marca social,

cortado¹ em setenta mil reis por meofalecimento, em quanto não der os ditos setenta mil reis, | estará como captivo dos Religiosos de São Bento; e declaro mais, que tão bem deixo o meu **mulatinho alfaiate Felis Bezer- | raBrandaõ**, esua mai **Domingas Bezerra**, ambos cortados cadahum em quarenta mil reis, tudo por meofalecimento, [...] [grifos nossos]

A situação mais frequentemente encontrada, contudo, foi a utilização de epítetos que, fazendo menção a algum elemento mais específico como a alusão à possível origem dos cativos ou a outras características adquiridas ou atribuídas na América, identificavam alguns indivíduos, à maneira de apelidos ou alcunhas:

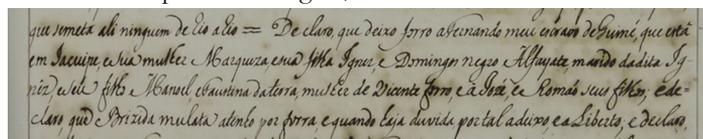
Quadro 1: Tipos de epítetos e frequência

Relativo à:	Exemplos:	Nº de ocorrências	%
Dados étnicos/origem	mulato (a), crioulo (a), preto (a), Angola, Congo, Ardra, Guiné, Cabo Verde, Jeje, Mina, Mansagano, Moçambique, entre outros.	75	63,55
Ofícios e ocupações	cozinheira, rendeira, alfaiate, carpinteiro, xarameleiro, costureira, carregador, caixeiro, barbeiro, entre outros;	23	19,49
Laços de família	mulher de, filho de, marido de;	11	9,32
Faixa etária	velha, ancião, criança, cria de peito, crioulinho, moleque, molecã, entre outros;	5	4,23
Traços físicos e doenças	bigode, aleijado, “cheio de bobas” entre outros.	4	3,38

Fonte: Produzido pelas autoras

Dentre os epítetos levantados, os que fazem referência aos dados étnicos/origem e aos ofícios exercidos são os mais recorrentes na nomeação de cativos e forros:

¹ De **coartação**: sistema de compra parcelada da alforria em que o cativo, com o trabalho “ao ganho” ficava com uma parte dos rendimentos auferidos acumulando o suficiente para a compra da própria alforria e de seus familiares, de acordo com o que era estabelecido com o senhor (SILVA JÚNIOR, 2012).

FIGURA 2: Epítetos de origem/etnia e ofício

Fonte: Testamento de García D' Avila, LIIT (f.70 v-73r), 1609.

Transcrição:

[...] Declaro, que deixo forro a Fernando meu **escravo de Guiné**, que está | em Jacuípe, esua mulher **Marqueza**, esua filha **Ignez**, **e Domingos negro Alfayate**, marido da dita Ig | nêz, eseu filho **Manoel**, **e Faustina datterra**, mulher de Vicente, e à **Jozé**, **e Romão** seus filhos; e de = | claro, que **Brizida mulata** atenho por forra, equando haja duvida, por tal adeixo, ealiberto, e declaro [...] [grifos nossos]

No fragmento de testamento acima, aparecem algumas das variadas denominações dadas pelos colonizadores ao povo negro e que se baseavam em aspectos como a possível etnia dos escravizados, com base no provável local ou região de origem, ou porto de embarque, além de um ofício, o de alfaiate. Conforme o contexto e as obras lexicográficas sincrônicas consultadas, observa-se que o epíteto negro, significando homem preto (SILVA, 1789), é empregado como sinônimo de escravizado, em oposição a livre. Por analogia, utilizou-se a expressão “negros da terra”, para fazer referência aos indígenas, quando escravizados (ANDRADE; PEREIRA, 2020). Já o epíteto preto, de pouca ocorrência, é empregado como sinônimo de africano, que, nesse caso, é, em geral, indicado pelo provável local de origem ou embarque. Os escravizados nascidos na colônia, filhos de africanos, por sua vez, são denominados crioulos(as) (SILVA, 1789). Para os mestiços, filhos de branco e negro, a denominação empregada foi a de mulato(a) (BLUTEAU, 1728), termo pejorativo, formado por associação ao animal híbrido, a mula. Quanto ao termo pardo, se referia aos filhos dos forros e atestava uma condição social de pessoa livre. No *corpus* examinado, não apareceu esse epíteto referente a escravizados ou forros.

Observa-se que os indivíduos que foram trazidos coercitivamente para a colônia eram oriundos de várias culturas com diferentes usos linguísticos ou religiosos, e de diferentes localidades, identificados como Angola, Ardra, Guiné, Cabo Verde, Jeje, Mina, Mansagano, entre outros. Segundo assinala Anjos (2011), o processo de aniquilação das variadas matrizes africanas na extensão do território colonial tinha, também, como

tática, impedir movimentos ligados à coletividade. Ou seja, abolir o uso da língua de origem e impedir a continuidade das práticas culturais foram estratégias elaboradas para que as populações trazidas da África tivessem as suas referências identitárias esquecidas e, consecutivamente, houvesse um apagamento da identidade étnica africana no Brasil colonial.

No *corpus* selecionado, observa-se, por meio dos epítetos que são acrescentados aos prenomes dos cativos, uma multiplicidade de rótulos ou apelidos que designam ocupações e ofícios, os quais identificam os novos perfis socioculturais assumidos pelos negros. Funcionando como alcunhas, os epítetos estabeleciam a desambiguação entre indivíduos indicados em um dado conjunto, prática que acabou estendendo-se aos libertos. Nota-se a menção a ofícios e ocupações mais ou menos especializados que eram desempenhados pelos escravizados e forros, sendo identificados serviços ligados ao ambiente doméstico, ao contexto do Engenho de açúcar e do espaço urbano. Ganhadores e artesãos eram mais frequentes na zona urbana, enquanto nos Engenhos, na zona rural, são frequentes as referências a caldeiros, ferreiros e tacheiros², por exemplo.

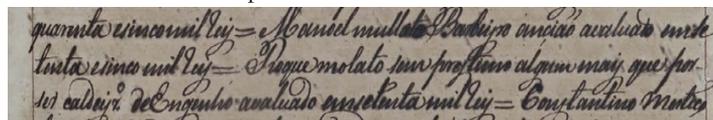
Na zona urbana, principalmente, havia os prestadores de serviço, como o alfaiate, tipo de atividade artesã, além de escravos de ganho, que poderiam trabalhar com vendas ou como carpinteiros, barbeiros, sapateiros, ferreiros, marceneiros entre outros (JACINO, 2006). Na zona rural, em geral, os escravizados menos especializados exerciam trabalhos diretamente ligados à produção, chamados de "enxada e foice", onde também havia alguns trabalhadores assalariados, direta ou indiretamente ligados à produção, como gerentes, técnicos, além dos feitores e mestres do açúcar. O trabalho manual era considerado uma atividade indigna para o homem branco e livre. Atividades artesanais e manufatureiras, como a carpintaria, a serralheria, a construção, a tecelagem, entre outras, eram ocupações repudiadas por serem trabalhos manuais, e, por isso, eram direcionadas para os escravizados e libertos (CUNHA, 1978; VIEIRA; SOUZA JUNIOR, 2016).

Dentre os ofícios mais especializados, majoritariamente exercidos por negros e mestiços, estão os de barbeiro e parteira. As atividades desses agentes práticos de saúde eram vitais na dispersão da colônia, uma vez que o trabalho dos licenciados não chegava a atingir a todos os recantos. Entre os de maior

² Tacheiro ~ taxeyro ~ taxeiro – Trabalhadores escravizados, que se encarregavam de cuidar dos tachos para mexer o caldo de cana até ferver e ser apurado e se tornar um melaço (UM ENGENHO..., 2018).

avaliação no vil comércio negreiro aparecem também os músicos (RUSSELL-WOOD, 2005), conforme observado no *corpus* selecionado:

FIGURA 3. Ofícios especializados: barbeiro e caldeireiro



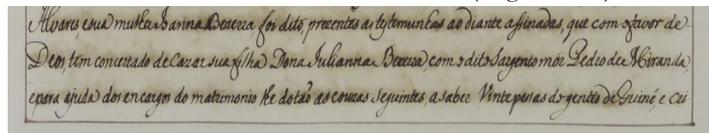
Fonte: LIT, f 232 r, L 23-25

Transcrição:

[...] quarenta esinco mil reis = **Manoel mullato Barbeyro ançião** avaluado emse- | tenta esinco mil reis = Roque molato sem préstimo algum mais que por- | ser **caldeireiro** deEngenho avaluado emsetenta mil reis [...] [grifos nossos]

O barbeiro, de acordo com Bluteau (1728, v. 2, p. 46), é aquele “que corta o cabelo, faz a barba e efetua procedimentos de saúde”. Conforme explica Miranda (2017), havia um profissional com o nome semelhante chamado cirurgião-barbeiro e que era capaz de realizar todos os tipos de procedimentos cirúrgicos, enquanto os barbeiros (práticos) trabalhavam com técnicas mais restritas como a aplicação de ventosas e sarjas, o sangramento e a extração de dentes, além disso, suas atividades nem sempre dependiam da concordância de um profissional considerado habilitado.

Nos fragmentos de uma Escritura de dote de casamento apresentados a seguir, pode-se observar a profusão de epítetos utilizados à maneira de alcunhas para especificar a identificação dos vinte escravizados, inicialmente categorizados como peças do Gêntio da Guiné, constantes no referido dote. Do grupo relacionado, apenas quatro possuem dois nomes próprios: Jozé Jequem, Miguel Almeida, Antonio João Marimba e Jozê Domingos chirumela, sendo que os dois últimos carregam mesmo assim os epítetos referentes aos seus ofícios, ambos músicos, que era uma categoria que valorizava o escravizado no vil mercado de pessoas humanas.

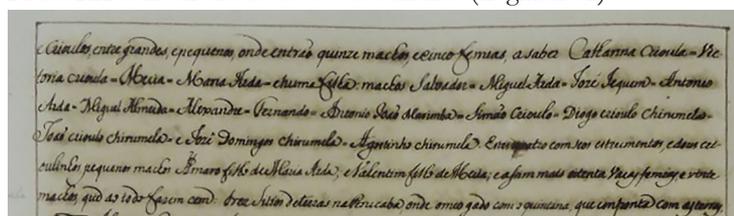
FIGURA 4: Escritura de dote e Casamento (fragmento 1)

Fonte: LIIT, 1653, f 39r, L. 33-35

Transcrição:

[...]

Alvares, esua mulher JoannaBezerra, foi dito, presentes as testemunhas ao diante assinadas, que com ofavor de | Deos, tem concertado decazarsuaafilha DonaJuliannaBezerra, com o ditoSargento mór Pedro deMiranda, | epara ajuda dos encargos do matrimonio, lhe dotaõ as couzas seguintes, a saber **Vinte pessas dogentio deGuiné**³, e cri- | [...]. [grifos nossos]

FIGURA 5: Escritura de dote e Casamento (fragmento2)

Fonte: LIIT, 1653, f 39v, L. 1-5

Transcrição:

[...]

e Crioulos, entre grandes, epequenos, ondeentraõ quinze machos, e cinco femias, a saber **Catharina crioula = Vic - | toria crioula = Mecia = Maria Arda = e humafilha: machos Salvador = MiguelArda = Jozé Jequem = Antonio | Arda = Miguel Almeida = Alexandre = Fernando = Antonio Joã Marimba⁴ = Simão crioulo = Diogo crioulo chirumela⁵ = | Joaõ crioulo chirumela = e Jozê Domingos chirumela = Agostinho chirumela. Estes quatro com seos estrumentos, edous cri- | oulinhos pequenos machos Amaro filho**

³ Termo genérico utilizado até o séc. XVI para escravizados procedentes de toda a costa ocidental africana, ou da região Congo-Angola, talvez mesmo como sinônimo de africano, em oposição ao gentio da terra, o índio escravizado (PORTELA, 2014).

⁴ Instrumento musical de origem africana, utilizado por povos bantos, composto de lâminas ou tábuas finas e baquetas para tocar (SILVA, 1789).

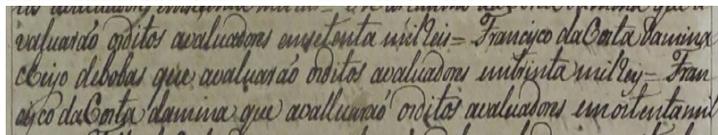
⁵ Chirumela - Corruptela de charamela ~ xaramela - Instrumento de sopro feito de madeira (BLUTEAU, 1728).

deMaria Arda; eValentim filho deMecia; eassim mais oitenta vacas fêmeas, e vinte [...] [grifos nossos]

3 Referências à faixa etária, aos laços de família, a traços físicos e doenças

Os laços de família, faixa etária, traços físicos e até as doenças são outras formas encontradas na documentação colonial que revelam o modo de particularização dos escravizados, de caracterização mais detalhada, a qual, em alguns casos, afetariam o valor de comercialização dos cativos, de acordo com as possíveis limitações ocasionadas pela idade ou saúde precária. Esses epítetos funcionavam para desambiguação entre dois escravizados de mesmo prenome e procedentes do mesmo local, por exemplo. É o que se observa no trecho a seguir, em que o elemento de identificação é a existência de uma doença crônica em um dos dois indivíduos citados, a qual faz cair a avaliação do doente a menos da metade do indivíduo sadio, aspecto que já foi discutido por Pereira (2020):

FIGURA 6: Enfermidade e característica física



Fonte: Inventário dos bens do Padre Alexandre Pereira do Lago, 1764.

Transcrição:

[...]Francisco daCosta da mina | cheyo debobas que avaluaraõ os ditos avaliadores em trinta mil reis = Fran | cisco da Costa da mina que avaluaraõ os ditos avaliadores em oitenta mil | reis [...] (IPAPL, 1764, LIT, f. 268v, L.31-37) [grifos nossos]

Tendo em vista os dados apresentados, pode-se afirmar que muitos fatores sociais estiveram relacionados à imposição de nomes próprios e apelidos que foram usados na identificação de negros e mestiços no período colonial. São antropônimos compostos de um prenome, em geral, ligado ao contexto cristão, acompanhado de apelidos os mais diversos, no mais das vezes, orientados para indicar o valor monetário dos cativos, medido pela sua provável força de trabalho. Desse modo, os documentos selecionados evidenciam muitos aspectos sociais do período, com destaque para a

intencionalidade na forma de tratamento dos sujeitos escravizados desde a identificação, que revela a sua desumanização, uma vez que o objetivo final é, muitas vezes, a classificação e avaliação para a venda dessas pessoas, que são descritas como peças, mercadorias que deveriam ser exploradas em trabalhos específicos.

4 Considerações finais

Os nomes próprios de pessoas lavrados nos documentos oficiais de registro civil do estado ou em livros religiosos, além da identificação civil, dentro de uma sociedade, registram também homenagens, pertencimento e proteção, além de fazerem referência a realidades históricas, como se procurou demonstrar.

O estudo filológico de fontes pretéritas possibilita uma ampliação acerca das informações diversas sobre os indivíduos que viveram em dado período. Neste artigo, o intuito foi dar destaque a aspectos dos processos de nomeação de cativos e forros na sociedade luso-americana, demonstrando, pela observação de tais processos, algumas das muitas configurações da violência sofrida pelo povo negro na América portuguesa, as quais vão de formas de violência psicológica e moral, pelo assujeitamento dos indivíduos a uma língua e cultura diversa da sua, espoliados inclusive do próprio nome, até as apresentações mais cruéis de toda forma de violência física, documentadas por epítetos como “Christina do gentio de guiné alejada do braço esquerdo” ou “Francisco da Costa da Mina cheyo de bobas”.

A documentação remanescente do período colonial registra vários aspectos dessas formas de violência, bem como das estratégias de resistência por parte dos cativos. Os documentos notariais estudados mostram a influência do pensamento teocêntrico nas atitudes da sociedade, que são, na verdade, apenas formais, uma vez que, além de se servir do trabalho escravo, grande parte da elite colonial, aí incluídos muitos dos membros da própria Igreja, comete contra os escravizados toda forma de atrocidades.

Por fim, destaca-se a importância e amplitude da análise filológica que, ao esclarecer o texto manuscrito, além de conservar suas características linguísticas, contribui para recuperar memórias de sofrimento, desumanização e práticas de resistência do povo negro na diáspora, possibilitando, assim, um maior entendimento acerca das bases do racismo e dos preconceitos que ainda hoje atingem negros e mestiços no Brasil, ao tempo em que fornece elementos

que podem ser utilizados por outros tantos pesquisadores de áreas e interesses os mais diversos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, E. T. R.; SEIDE, M. S. **Nomes próprios de pessoa: introdução à antropologia brasileira**. São Paulo: Blucher, 2020. *E-book* (278p.) ISBN: 978-65-5550-001-1. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br/s3-sa-east-1.amazonaws.com/openaccess/9786555500011/completo.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021.

ANDRADE, R. M.; PEREIRA, N. S. S. Igreja e escravidão no período colonial: a relação entre o clero e seus cativos. **Philologus**, n. 76, p. 390-407, jan./abr. 2020. Rio de Janeiro: CiFEFiL. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/475/510>. Acesso em: 7 jun. 2021.

ANJOS, R. S. A. Cartografia da Diáspora africana- Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, p. 261-274, out. 2011. DOI: 10.5418/RA2011.0701.0022. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6570/3570>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez e latino** [...]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1728. 8v; 2 suplementos. Disponível em: https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/?page_number=5#dic-viewer. Acesso em: 03 nov. 2021.

CUNHA, L. A. Aspectos sociais da aprendizagem de ofícios manufatureiros no Brasil colônia. **Fórum**, Rio de Janeiro, 2(4):31-65, out./dez. 1978, p. 32-65. Disponível em: <https://silo.tips/download/aspectos-sociais-da-aprendizagem-de-oficios-manufatureiros-no-brasil-colonia>. Acesso em: 20 nov. 2021.

DICK, M. V. P. A. Toponímia e Antroponímia no Brasil. **Coletânea de estudos**. São Paulo: FFLCH/ USP, 1992. Disponível em: https://repositorio.usp.br/single.php?id=000881026&locale=en_US. Acesso em: 22 maio 2021.

JACINO, R. **O trabalho do negro livre na cidade de São Paulo: 1872-1890**. Vera Lucia Amaral Ferlini. 2006. 110 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em:

- https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-06072007-104911/publico/TESE_JACINO_RAMATIS.pdf. Acesso em: 6 jan. 2022.
- LOSE A. D.; PAIXÃO, D. G. OSB. (org.). **Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia**: Salvador: Memória & arte; 2016. Disponível em: <http://saobento.org/livrosdotombo/>. Acesso em: 26 maio 2021.
- MIRANDA, C. A. C. **A arte da cura nos tempos da colônia**: limites e espaços da cura. 3. ed. Recife: Editora UFPE, 2017. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/cee58>. Acesso em: 06 jan. 2022.
- PALMA, R.; TRUZZI, O. Renomear para Recomeçar: Lógicas Onomásticas no Pós-abolição. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, 2018, p. 311 a 340, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/sHR8Z49fsxtYRxxZZN5swFhv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 nov. 2021.
- PEREIRA, N. S. S.; GONÇALVES, E. C. B. Filologia e Onomástica: O que dizem as fontes sobre os processos de nomeação no contexto da Bahia colonial. *In*: LOPES, N. S.; SANTOS, E. S.; CARVALHO, C. S. (org.). **Língua e sociedade**: diferentes perspectivas, fim comum. São Paulo: Blücher, 2019, p.81-98.
- PEREIRA, N. S. S. “Francisco da Costa da Mina cheyo de bobas”; “constantino mestiço [...] caldeyreiro [...] e xarameleiro”: exploração, maus tratos e novas formas de sociabilidades na diáspora africana. **Philologus**, a. 26, n. 76, p. 322-331. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2020. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/490>. Acesso em: 17 nov. 2021.
- PORTELA, B. M. **Gentio da terra, gentio da guiné**: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Luiz Geraldo Silva. 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36778>. Acesso em: 7 jan. 2022.
- REIS, J. J. **Ganhadores**: a greve negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. Negros e mulatos livres na economia da América portuguesa. *In*: RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e Libertos no Brasil colonial**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 85-104.

SILVA, A. M. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/>. Acesso em: 3 nov. 2021.

SILVA JÚNIOR, C. Tráfico, escravidão e comércio em Salvador do século XVIII: a vida de Francisco Gonçalves Dantas (1699-1738). In: REIS, J. J.; AZEVEDO, E. (org.). **Escravidão e suas sombras**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 143-185.

SPINA, S. **Introdução à Edótica: Crítica Textual**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ars poética: Editora da USP, 1994.

UM ENGENHO de açúcar. In: *Sociedade do açúcar*. O Arquivo Nacional e a sociedade luso-brasileira. **Arquivo Nacional**, 2018. Disponível em: http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4390:um-engenho-de-acucar&catid=169&Itemid=215. Acesso em: 7 jun. 2021.

VASCONCELOS, C. A.; SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. Contribuição da filologia e da crítica textual para os estudos de documentos manuscritos de Paranaguá. **Signum: Estud. Ling.**, Londrina, n. 15/1, p. 335-356, jun. 2012. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/viewFile/11817/11218>. Acesso em: 8 jan. 2022.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; SOUZA JUNIOR, Antonio de. A educação profissional no Brasil. **Interacções**, Santarém, v. 12, n. 40, 2016. p. 152-169. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/issue/view/Pol%C3%ADticas%20Educacionais%20e%20Gest%C3%A3o%20da%20Escola>. Acesso em: 3 nov. 2021.

ZEUSKE, Michael. Hidden Markers, Open Secrets: On Naming, Race-Marking, and Race-Making in Cuba. **New West Indian Guide**, Leiden, v. 76, n. 3-4, p. 211-241, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41850196>. Acesso em: 10 nov. 2021.

Recebido em 28 de fevereiro de 2022.

Aceito em 8 de junho de 2022.

Publicado em 28 de julho de 2023.

SOBRE OS AUTORES

Norma Suely da Silva Pereira: Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2008), é Professora Associada

da UFBA, onde dedica-se à pesquisa nas áreas de Paleografia, Filologia textual, Práticas culturais e Estudos lexicais, com investigação em manuscritos dos séculos XVI ao XIX. Coordena o Grupo de Estudos Escritas e Práticas Culturais – GEEPCult, vinculado ao grupo Nova *Studia Philologica*, cadastrado no CNPq, e orienta estudantes na Iniciação científica, bem como no Mestrado acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura - PPGLinC/UFBA.

Rafaela Muniz de Andrade: Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2021), atuou como bolsista do Permanecer/UFBA no desenvolvimento de estudos acerca dos “Papéis sociais desempenhadas por negros no Brasil colonial”, sob orientação da Profa. Dra. Norma Suely da Silva Pereira, no âmbito do Grupo de Estudos Escritas e Práticas Culturais – GEEPCult, vinculado ao grupo Nova *Studia Philologica*, cadastrado no CNPq.